



---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

---

Ano de 2015



MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

## Índice

1. Introdução .....	3
2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida .....	3
2.1. Receita.....	3
2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita .....	3
2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos).....	4
2.2. Despesa .....	6
2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total.....	6
2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Orgânica .....	6
2.2.3. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica.....	7
2.2.4. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos).....	7
2.3. Grandes Opções do Plano .....	9
2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa.....	9
2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano .....	11
3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira .....	12
3.1. Análise do Balanço.....	12
3.1.1. Ativo.....	12
3.1.1.1. Fundo de Apoio Municipal.....	12
3.1.1.2. Outros Devedores – Empresa Municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.        12	
3.1.2. Passivo.....	13
3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos .....	13
3.2. Demonstração de Resultados .....	13
3.2.1. Custos e Perdas.....	13
3.2.1.1. Custo das Mercadorias Vendidas .....	13
3.2.1.2. Provisões do Exercício .....	13
3.2.1.3. Custos e Perdas Extraordinárias .....	14
3.2.2. Proveitos e Ganhos.....	14
3.2.2.1. Impostos e Taxas .....	14
3.2.2.2. Proveitos e Ganhos Extraordinários .....	14
4. Análise Financeira - Rácios.....	14
4.1. Evolução da dívida do Município .....	14
4.2. Indicadores de Gestão .....	15
4.2.1. Indicadores de natureza orçamental .....	15
4.2.2. Indicadores de natureza financeira .....	17
5. Proposta de aplicação de resultados .....	17

## Índice de Gráficos

Figura 1 - Grau de Execução.....	3
Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica .....	5
Figura 3 – Grau de Execução .....	6
Figura 4 – Grau de Execução (Orgânica).....	7
Figura 5 – Grau de Execução (Económica).....	7
Figura 6 – Valor (Relat.) / Rubrica .....	8
Figura 7 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.).....	9
Figura 8 – Montante Executado / Funções / Programa .....	10
Figura 9 – Grau de Execução Total Anual.....	11
Figura 10 – Capital em Dívida.....	15
Figura 11 – Receita Cobrada / Despesa Paga.....	16
Figura 12 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital) .....	16

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita .....	4
Tabela 2 – Receita cobrada efetiva .....	4
Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica .....	5
Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital.....	5
Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas.....	8
Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano .....	11
Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental .....	15
Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira .....	17

## 1. Introdução

Em cumprimento do determinado no nº 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão respeitante ao ano financeiro de 2015 constituindo assim um dos documentos de prestação de contas.

O presente relatório apresenta de uma forma breve uma síntese do que foi o ano de 2015, fazendo nalguns casos uma comparação com o ano de 2014.

Este por sua vez, encontra-se dividido por partes fazendo observações quer à política orçamental seguida, quer à situação económica e financeira, passando pela dívida, indicadores de gestão e proposta para aplicação de resultados.

## 2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida

### 2.1. Receita

#### 2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita

O Município fez algumas alterações orçamentais ao longo do ano como forma de ajustar algumas rubricas à evolução da despesa, tendo ainda procedido a alterações orçamentais na receita.

Esta última, evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo sido obtido um grau de execução na ordem dos 65%. Relativamente a este último, considerou-se pertinente efetuar uma abordagem comparativa com períodos homólogos utilizando para o efeito a seguinte figura:



Figura 1 - Grau de Execução

O grau de execução referido encontra-se repartido pelas seguintes rubricas conforme ilustra a tabela seguinte:

Rubricas	2015	2014	2013
01 – Impostos diretos	99,64	152,92	118,41
02 – Impostos indiretos	61,35	49,70	66,63
04 – Taxas, multas e outras penalidades	64,95	48,12	59,47
05 – Rendimentos da propriedade	104,55	72,07	66,52
06 – Transferências correntes	89,77	100,13	82,63
07 – Venda de bens e serviços correntes	105,44	116,85	55,50
08 – Outras receitas correntes	33,21	0,32	492,61
09 – Venda de bens de investimento	20,58	237,53	0,00
10 – Transferências de capital	16,50	20,64	29,79
11 – Ativos financeiros	790,33	76,79	2810,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	65,64	512,64	120,79

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita

### 2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos)

Relativamente à receita efetivamente cobrada em termos absolutos, a mesma foi distribuída pelas rubricas orçamentais, segundo a tabela infra:

€

Rubricas	2015
01 – Impostos diretos	677.928,97
02 – Impostos indiretos	7.546,35
04 – Taxas, multas e outras penalidades	12.350,35
05 – Rendimentos da propriedade	683.854,02
06 – Transferências correntes	6.104.097,07
07 – Venda de bens e serviços correntes	578.338,01
08 – Outras receitas correntes	93.609,34
09 – Venda de bens de investimento	7217,00
10 – Transferências de capital	753.149,09
11 – Ativos financeiros	2.371,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	1.312,78
<b>Total</b>	<b>8.921.773,98</b>

Tabela 2 – Receita cobrada efetiva

Da análise da tabela podemos constatar que a rubrica 06 – Transferências correntes é aquela que mais contribui para o total da receita efetivamente cobrada, seguindo-se a rubrica 10 – Transferências de Capital, 05 – Rendimentos da Propriedade, 01 – Impostos diretos e a 07 – Venda de Bens e Serviços Correntes.

Por forma a realçar o contributo de cada uma das rubricas apresentadas elaborou-se o seguinte gráfico onde se descremina o peso relativo de cada rubrica para a constituição da receita total.



**Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica**

A figura 2 espelha e reforça o que já se havia abordado na análise dos valores absolutos relativamente às rubricas com maior peso na formação da receita total. Refira-se ainda, numa perspectiva demonstrativa a importância das rubricas apresentadas na tabela seguinte que, considerando o seu valor acumulado correspondem a 98,61 % do total da receita cobrada.

%

Rubricas	2015
01 – Impostos diretos	7,60
05 – Rendimentos da propriedade	7,67
06 – Transferências correntes	68,42
07 – Vendas de bens e serviços correntes	6,48
10 – Transferências de capital	8,44
<b>Total</b>	<b>98,61</b>

**Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica**

Da análise da tabela constata-se que, as rubricas 06 – Transferências correntes e 10 – Transferências de capital, que englobam as transferências e subsídios obtidos merece especial destaque uma vez que representa aproximadamente 76,86% do total da receita arrecada. Nesse sentido considera-se pertinente analisar as rubricas que a constituem percebendo-se assim a origem do valor e a evolução destes comparativamente aos períodos homólogos, conforme demonstra a seguinte tabela:

€

Rubricas	2015	2014	2013
Transferências do orçamento do Estado	6.515.140,00	6.214.890,00	6.398.705,00
Outros	67.709,39	106.383,10	88.870,80
Exterior (Fundos comunitários)	117.042,09	33.380,69	37.618,96

**Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital**

*Palanguy*  
*Ch*

## 2.2. Despesa

### 2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total

Após análise geral ao orçamento da despesa para 2015 verificamos que, no final do ano foi atingido o valor de 65,37% de execução relativamente ao valor inicialmente orçamentado (apurado tendo por base as despesas de capital e correntes). Importa neste ponto efetuar uma análise ao nível de execução orçamental em comparação com os anos homólogos 2014 e 2013, utilizando para o efeito a figura seguinte:



Figura 3 – Grau de Execução

Avaliando a figura supra constata-se que a execução orçamental da despesa nos últimos 3 anos apresenta uma oscilação de valores apesar da tendência crescente evidenciada.

### 2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Orgânica

A figura seguinte apresenta o grau de execução orçamental da despesa por classificação orgânica em relação ao total orçamentado:

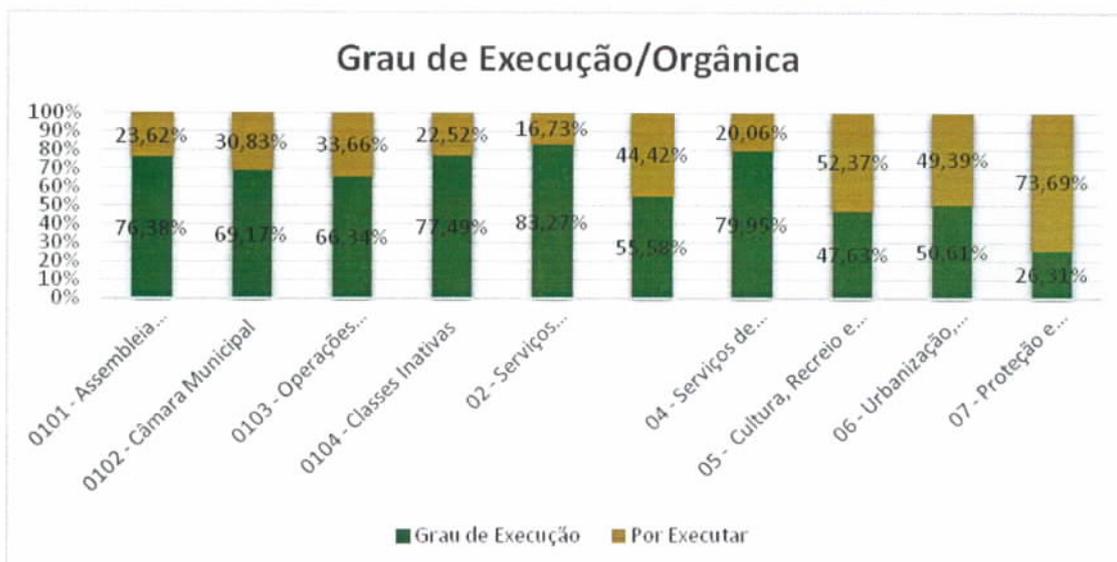


Figura 4 – Grau de Execução (Orgânica)

### 2.2.3. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica

À semelhança do ponto anterior, importa ainda referir, a título informativo, a execução orçamental por classificação económica, conforme demonstra a figura seguinte:

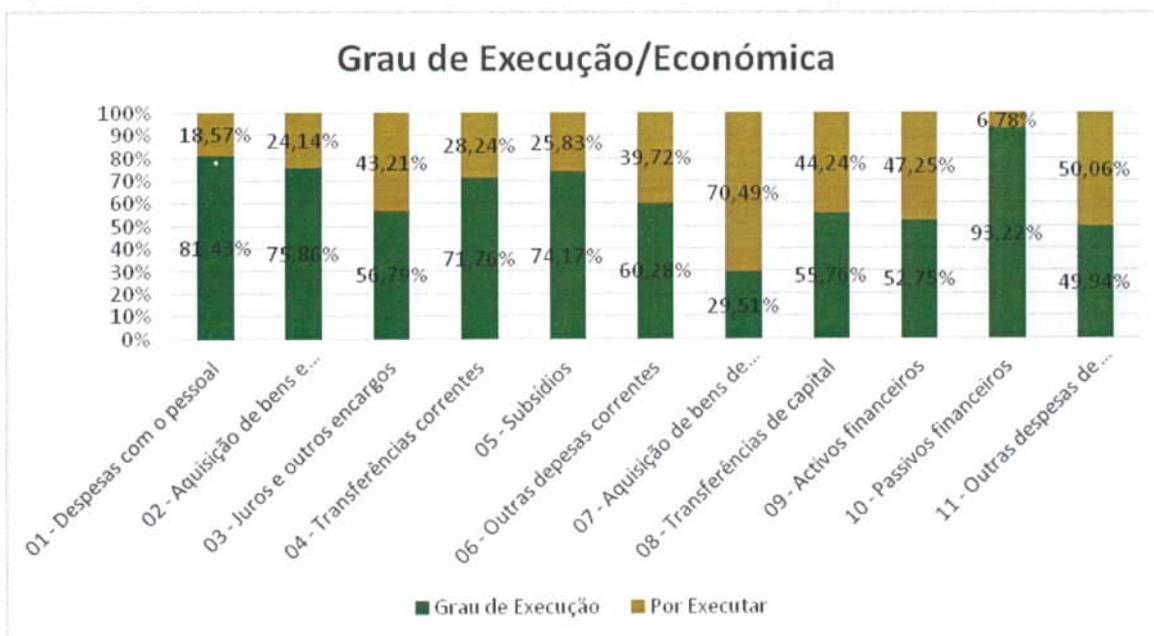


Figura 5 – Grau de Execução (Económica)

### 2.2.4. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos)

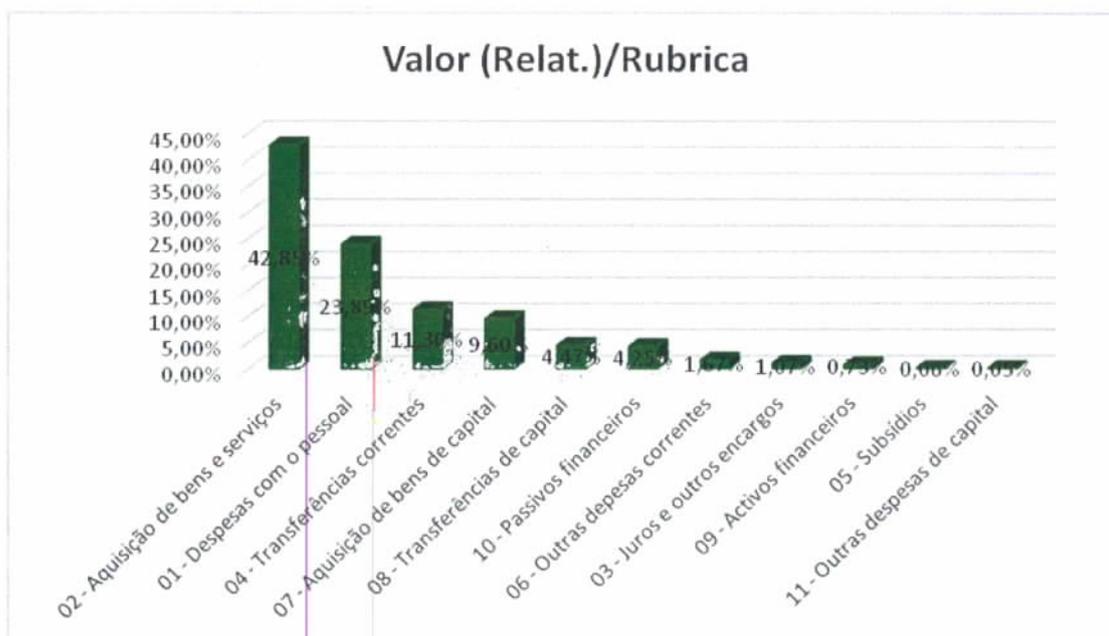
Relativamente à despesa efetivamente paga em termos absolutos, a mesma foi distribuída pela classificação económica, segundo a tabela infra:

€

Rubricas	2015
01 - Despesas com o pessoal	2.360.650,26
02 - Aquisição de bens e serviços	4.233.330,05
03 - Juros e outros encargos	105.466,89
04 - Transferências correntes	1.122.813,53
05 - Subsídios	5.933,32
06 - Outras despesas correntes	164.685,66
07 - Aquisição de bens de capital	948.794,59
08 - Transferências de capital	441.597,33
09 - Activos financeiros	72.570,00
10 - Passivos financeiros	419.505,16
11 - Outras despesas de capital	4.994,00
<b>Total</b>	<b>9.880.340,80</b>

**Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas**

Da análise da tabela verifica-se que, a rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços é aquela que mais contribui para o nível de despesas pagas, seguindo-se a rubrica 01 – Despesas com o pessoal, 04 – Transferências correntes e a rubrica 07 – Transferências de capital. Para uma melhor visualização do peso de cada rubrica no total de despesas pagas apresentamos a seguinte figura:

**Figura 6 – Valor (Relat.) / Rubrica**

A figura 6 evidencia explicitamente, o referido anteriormente em relação às rubricas que mais contribuem para o valor das despesas totais pagas pelo Município. Da análise da figura verificamos que as rubricas 02, 01, 04 e 07 correspondem a 87,71% do total da despesa paga,

encontrando-se em sintonia com os anos transatos e que espelha o normal funcionamento do Município.

### 2.3. Grandes Opções do Plano

#### 2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa

O Município ao longo do ano 2015 canalizou investimento para implementar e executar determinados Projetos associados a Programas específicos e enquadrados estes últimos em diversos Objetivos (Funções) inscritas nas Grandes Opções do Plano. Nesse sentido e de forma a espelhar a atividade do Município nesse âmbito, apresentam-se as seguintes figuras, onde se procurou demonstrar numa primeira fase o investimento realizado por Objetivo em termos absolutos e relativos.

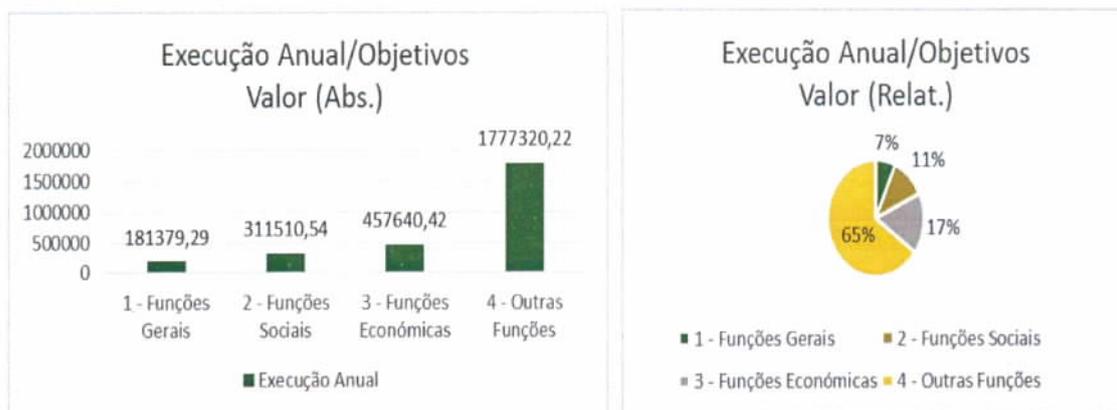
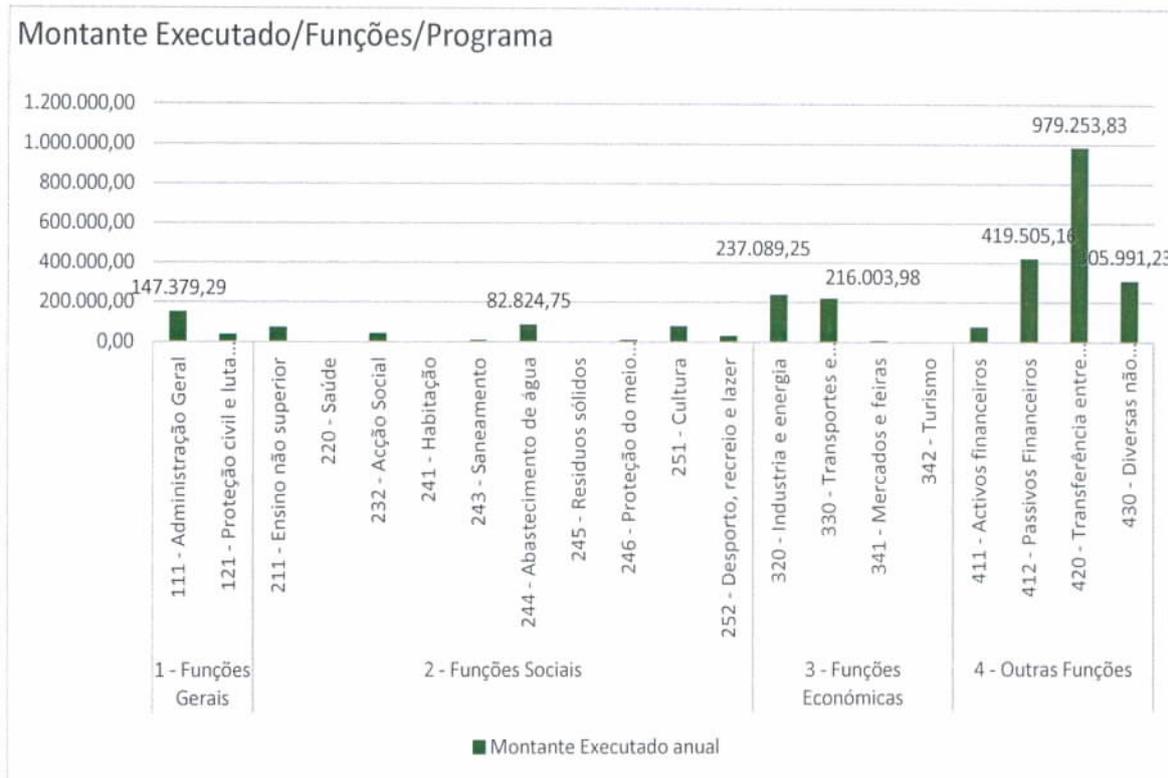


Figura 7 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.)

Da análise das figuras supra verifica-se que, a maior percentagem de investimento vai para as Funções *Económica e Outras* que absorvem cerca de 17% e 65% respetivamente, do total do investimento.

Tendo em conta os valores apresentados, considerou-se pertinente explicar as quatro Funções constantes das Grandes Opções do Plano para 2015, analisando os Programas que lhes estão afetos, através da figura seguinte.



**Figura 8 – Montante Executado / Funções / Programa**

Observando a figura 8 constata-se de forma evidente que a maior concentração de investimento recai no objetivo geral 4 – *Outras Funções* distribuído pelos programas apresentados. Considerou-se ainda pertinente destacar os programas que apresentam um nível de investimento mais significativo. Desta forma importa agora fazer referência ao tipo de investimento associado a esses programas justificando assim os valores apresentados.

Relativamente ao Programa com maior expressão 420 – *Transferências entre entidades* o valor inscrito corresponde a todas as transferências tanto correntes como de capital que o Município concede a diversas entidades como por exemplo às Freguesias, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueira de Castelo Rodrigo e demais entidades enquadradas na rubrica.

Em segundo lugar surge o programa 412 – *Passivos Financeiros* relativamente à amortização de empréstimos e que, embora não assuma uma vertente de investimento propriamente é um fluxo de saída significativo no processo de gestão orçamental do Município.

Por último, consideramos ainda pertinente fazer referência ao Programa 430 – *Diversas não especificadas* que engloba entre outros, programas/ações de incentivo e iniciativas/eventos de carácter cultural.

### 2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Considerando que, o Grau de Execução mede, em percentagem, a relação entre o montante executado e o montante previsto no orçamento efetuado e como tal um indicador que apresenta algumas limitações na sua análise, achamos pertinente fazer apenas uma breve abordagem ao mesmo utilizando para o efeito a tabela seguinte:

Objetivo/Funções	Programas	Grau Exec.
1 - Funções Gerais	111 - Administração Geral	31,22%
	121 - Proteção civil e luta contra incêndios	56,57%
2 - Funções Sociais	211 - Ensino não superior	38,64%
	220 - Saúde	0,00%
	232 - Acção Social	22,45%
	241 - Habitação	0,00%
	243 - Saneamento	2,74%
	244 - Abastecimento de água	47,22%
	245 - Resíduos sólidos	0,00%
	246 - Proteção do meio ambiente e cons.	13,09%
	251 - Cultura	23,58%
	252 - Desporto, recreio e lazer	10,76%
3 - Funções Económicas	320 - Indústria e energia	65,91%
	330 - Transportes e Comunicações	28,23%
	341 - Mercados e feiras	30,31%
	342 - Turismo	0,00%
4 - Outras Funções	411 - Activos financeiros	52,75%
	412 - Passivos Financeiros	93,22%
	420 - Transferência entre administrações	67,51%
	430 - Diversas não especificadas	60,56%

Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Relativamente à execução total anual e em comparação com os anos de 2013 e 2014, apresentamos a figura seguinte, ilustrativa dos valores alcançados:

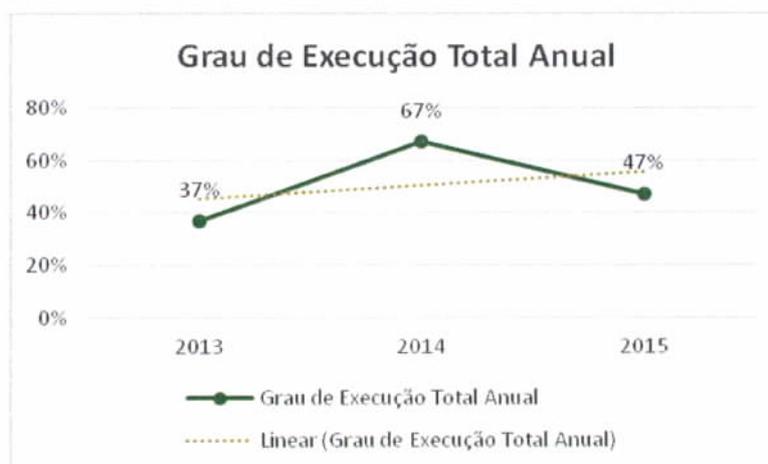


Figura 9 – Grau de Execução Total Anual

Salienta-se na análise deste gráfico o valor de 67% de Grau de Execução no ano de 2014, no entanto e em consonância com o referido no relatório de gestão de 2014 este valor é justificado pela amortização extraordinária de um empréstimo de 2.408.696,34 € o que claramente influenciou o nível de execução.

### **3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira**

#### **3.1. Análise do Balanço**

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, refletindo em 31 de Dezembro de 2015, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

No entanto cabe fazer referência a determinados acontecimentos considerados pertinentes na sua análise.

##### **3.1.1. Ativo**

###### **3.1.1.1. Fundo de Apoio Municipal**

A conta 412 mantém o saldo a débito de 507.999,32 € correspondente ao valor total do Fundo de Apoio Municipal.

De acordo com o que foi referido no Relatório de Gestão de 2014 foi efetuado durante este ano a primeira realização desse capital no montante de 72.571,00 €, perfeitamente identificado na conta de terceiros 268127.

De referir que o montante será pago anualmente ficando totalmente realizado durante o ano 2021.

###### **3.1.1.2. Outros Devedores – Empresa Municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.**

A conta 268291 – Transferências Correntes apresenta no ativo um saldo devedor no valor de 406.455,09 €, discriminado da seguinte forma:

- a) 320.396,98 € relativo às responsabilidades do ano transato que o Município assumiu em nome da empresa municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M. e que transitaram no saldo da conta por falta de regularização, justificado pelo processo de liquidação ainda estar em execução.
- b) 86.085,11 € relativo às responsabilidades do ano corrente que o Município assumiu em nome da empresa municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.



A colocação deste ativo no Balanço foi uma opção contabilística decorrente do processo de liquidação em curso da empresa municipal e tendo em conta o teor das deliberações tomadas em sede dos órgãos executivo e deliberativo, ou seja, a assunção por parte do Município do ativo e passivo da empresa.

Ainda relativamente à Empresa Municipal, e no que concerne à revelação contabilística dos ativos e passivos, conforme aplicação do disposto de diversos artigos da Lei 50/2012 de 31 de agosto, optou-se no presente exercício por alterar tal revelação de modo que os direitos e obrigações existentes sejam apresentados autonomamente.

### **3.1.2. Passivo**

#### **3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos**

Foi efetuado uma anulação na conta 2921 – Processos Judiciais em Curso no valor de 425.414,89 € por contrapartida do registo das faturas das Águas do Zêzere e Côa, equilibrando dessa forma o balanço e a demonstração de resultados do Município.

### **3.2. Demonstração de Resultados**

No ano de 2015 após o apuramento de todos os custos e proveitos gerou um resultado líquido positivo em 35.445,87 €, no entanto existem variações de algumas rubricas de custos e proveitos consideradas pertinentes abordar e que passamos a discriminar:

#### **3.2.1. Custos e Perdas**

##### **3.2.1.1. Custo das Mercadorias Vendidas**

A conta 61 apresenta um valor significativo dado que em 2015, foram registadas diversas facturas relativas à Águas do Zêzere e Coa, S.A., de água e saneamento. Nesse sentido e como já referido no ponto 3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos, como contrapartida do registo destas faturas e atendendo ao Princípio da Prudência assumido em anos transatos, foram anuladas as provisões pelo montante igual ao das faturas.

##### **3.2.1.2. Provisões do Exercício**

A conta de provisões do exercício – 67 apresenta um valor bem mais reduzido comparativamente aos anos anteriores, uma vez que não houve qualquer registo nessa rubrica do valor referente a faturas de água e saneamento tendo o Município registado as faturas na conta corrente de fornecedores. De referir que deste último processo resulta uma anulação de provisões por via do registo de proveitos extraordinários como abordaremos mais à frente.



Relativamente ao montante que constitui o saldo desta conta apenas de referir que foi efetuado um reforço de provisões de 5.925,99 € proveniente de dívidas da cobrança de água e saneamento há mais de 6 meses.

### **3.2.1.3. Custos e Perdas Extraordinárias**

O valor da conta 69 apresenta um saldo idêntico ao de 2014.

## **3.2.2. Proveitos e Ganhos**

### **3.2.2.1. Impostos e Taxas**

A conta 72 – Impostos e Taxas apresenta um valor ligeiramente inferior ao registado em período homólogo, esta variação é justificada pela diminuição da cobrança de IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis. Relativamente aos restantes impostos e taxas não existem variações significativas a considerar.

### **3.2.2.2. Proveitos e Ganhos Extraordinários**

O valor da conta 79, apresenta um montante significativamente mais elevado, quando comparado com o ano anterior, isto deve-se à redução de provisões, que anteriormente se encontravam constituídas, em parte, para fazer face às faturas da Água do Zêzere e Côa, S.A. que têm vindo a ser registadas, tal como referido no ponto 3.2.1.2. Provisões do Exercício.

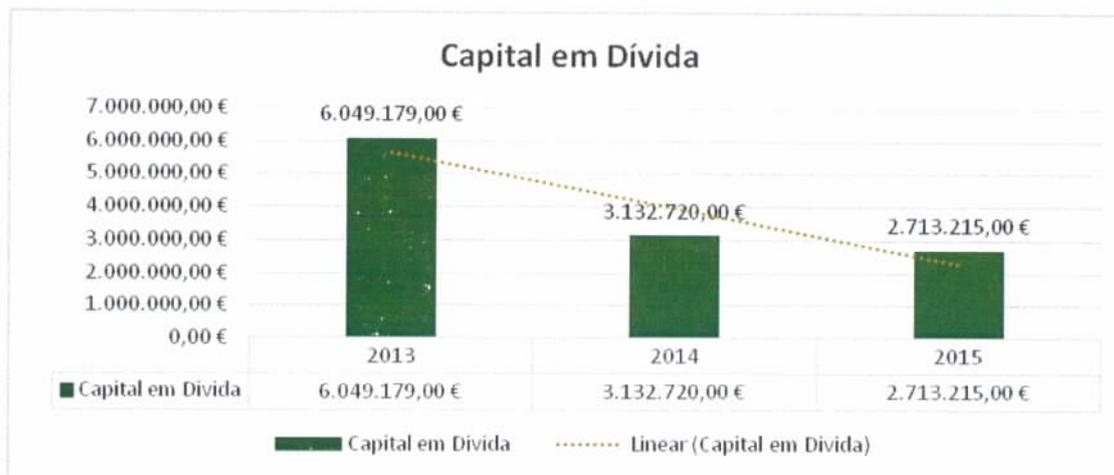
## **4. Análise Financeira - Rácios**

Nos pontos seguintes iremos avaliar a evolução da dívida do Município e apresentar-se-ão alguns rácios para evidenciar a posição financeira em referência ao Balanço e Demonstração de Resultados, fazendo-se uma comparação com períodos homólogos para uma melhor perceção da evolução seguida.

### **4.1. Evolução da dívida do Município**

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida mantém uma tendência decrescente ao longo dos últimos anos fruto da amortização extraordinária ocorrida em 2014 e das amortizações normais efetuadas durante o ano 2015. Esta tendência pode ser perfeitamente visível e analisada na figura seguinte.

*Pliny*  
*Am*



**Figura 10 – Capital em Dívida**

De referir que, o valor do Capital em Dívida em referência apenas engloba o correspondente às dívidas a instituições de crédito, no entanto faz ainda parte do passivo do Município o valor de 142.939,36 € correspondente a três contratos de Leasing que tem vindo a ser amortizada segundo as condições particulares específicas de cada contrato.

## 4.2. Indicadores de Gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspeto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial. Nesse sentido irão ser apresentados vários indicadores considerados pertinentes acompanhados de explicação dos respectivos valores, apresentado sempre que o justifique tabelas e ilustrações.

### 4.2.1. Indicadores de natureza orçamental

Descrição	2014	2015	%
Cobertura das despesas pela receita	1,047	0,903	
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	0,829	0,980	
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	2,411	2,475	
Peso da despesa total na receita total	0,955	1,107	

**Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental**

Da análise dos indicadores apresentados nomeadamente os indicadores *Cobertura das despesas pela receita* e por inerência o indicador *Peso da despesa total na receita total* verifica-se uma variação que, embora não seja significativa, suscita especial atenção na particularidade de que as receitas totais não conseguem cobrir a totalidade das despesas totais. Este fato gere um efeito negativo no saldo de gerência tendo de ser este a suportar o défice identificado.

*D. Sáez*  
*Am*

Este facto poderá ser perfeitamente identificado através da visualização das figuras seguintes nas quais se pretende comparar, inicialmente e em valor absoluto, a receita total líquida cobrada e a despesa total paga, e em seguida comparar a receita e a despesa desagregada em corrente e capital.

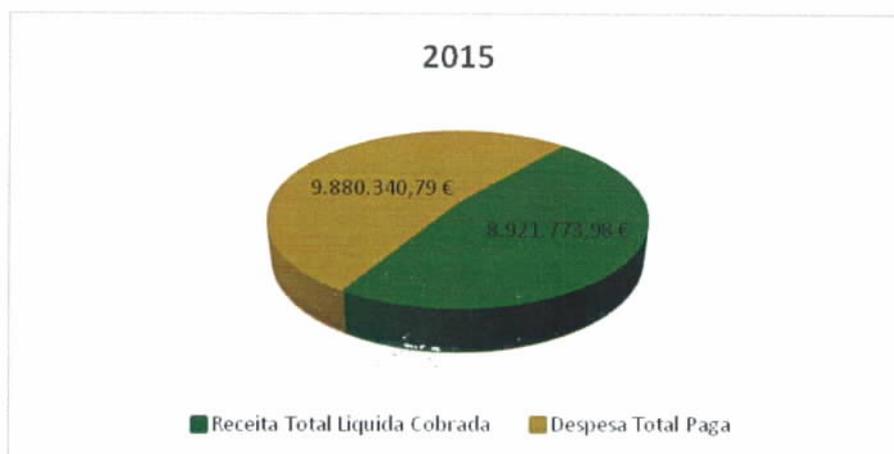


Figura 11 – Receita Cobrada / Despesa Paga

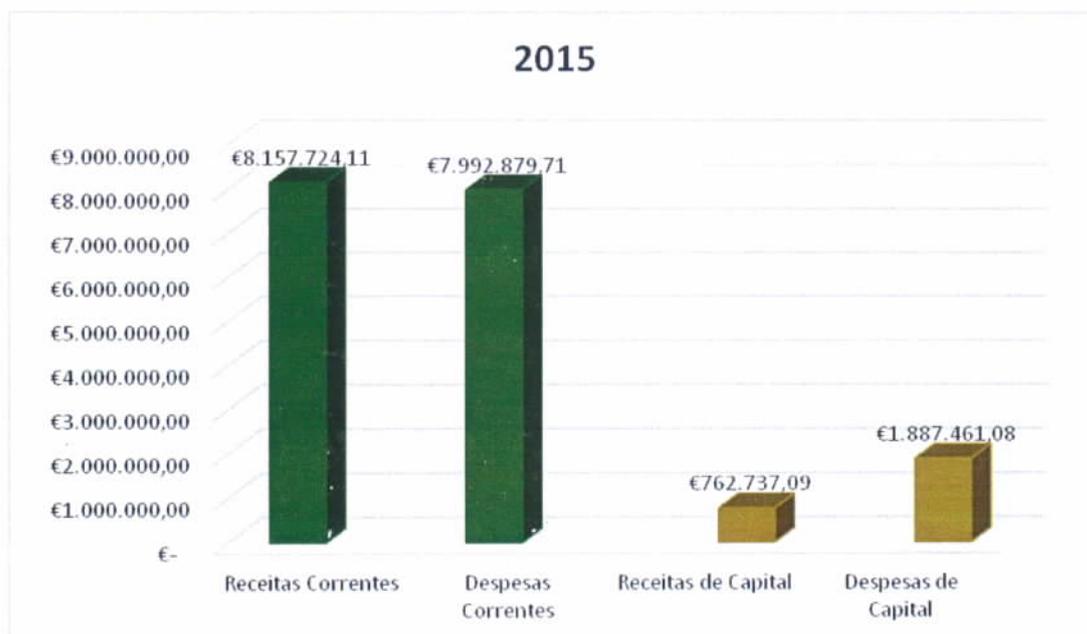


Figura 12 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital)

#### 4.2.2. Indicadores de natureza financeira

Descrição	%	
	2014	2015
Liquidez geral	0,626	0,465
Liquidez reduzida	0,504	0,454
Liquidez imediata	0,501	0,263
Solvabilidade	1,235	1,471

Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira

Analisando os rácios de liquidez podemos verificar que não apresentam variações significativas. No que respeita à liquidez geral, o facto de ser menor que 1 significa que o Fundo de Maneio é menor que zero ou insuficiente, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dividas de terceiros e existências) não cobrem o exigível de curto prazo (dividas a terceiros) obrigando o Município a consignar exigível de curto prazo a ativo de longa duração.

Refira-se ainda que este rácio deveria oscilar entre 1,3 e 2 para que estivéssemos perante valores aceitáveis.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, nomeadamente o indicador de liquidez reduzida, este apresenta um valor aceitável no entanto aquando da análise conjunta com o indicador de liquidez geral e o facto de apresentarem um valor próximo comprova o reduzido impacto das existências no ativo do Município.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado.

### 5. Proposta de aplicação de resultados

Na aplicação do resultado líquido do exercício deverá ter-se em conta o disposto no ponto 2.7.3.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (decreto-lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela lei 162/99 de 14 e Setembro, decreto-lei 315/2000 de 2 de Dezembro e decreto-lei 84-A/2002 de 5 de Abril), que menciona a obrigatoriedade do reforço do património até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do ativo líquido.

Por outro lado, dado que o valor do património já é superior aquela percentagem, propõe-se que o resultado líquido seja transferido para resultados transitados.

1  
tus

Figueira de Castelo Rodrigo, .... de ..... de 2016

O Presidente da Câmara



(Paulo José Gomes Langrouva)